



PROJETO PEDAGÓGICO DE CURSO
Pós-Graduação *Lato Sensu*
Gestão de Projetos Sociais com Famílias

Sumário

1. Nome do Curso e Área do Conhecimento.....	3
2. Características Técnicas do Curso	3
3. Público-Alvo.....	4
4. Critérios de Seleção	4
5. Justificativa do Curso.....	4
6. Objetivos do Curso	5
7. Competências e Habilidades do Egresso.....	6
8. Metodologia de Ensino e Aprendizagem	7
9. Estágio Não Obrigatório	9
10. Matriz Curricular	10
11. Carga Horária.....	11
12. Conteúdo programático	11
13. Infraestrutura Física e Pedagógica	29

1. Nome do Curso e Área do Conhecimento

Nome do Curso: Gestão de Projetos Sociais com Famílias

Área de Avaliação (CAPES): Serviço Social

Grande Área (CAPES): 60000007- Ciências Sociais Aplicadas

Área do Conhecimento (CAPES): 61000000- Serviço Social

Classificação OCDE: Saúde e bem-estar

2. Características Técnicas do Curso

Modalidade: Educação a Distância

Número máximo de vagas por Polo/Unidade: 1000 alunos

Período de Oferecimento: O curso possui entrada intermitente, respeitadas as datas de início e de fim cadastradas na oferta, bem como observado o período indicado para a sua integralização.

Limitações legais

Resolução CNE/CES Nº 1, de 06 de abril de 2018, que estabelece normas para o funcionamento de cursos de pós-graduação lato sensu.

O candidato deverá ser graduado com diploma devidamente registrado segundo as normas estabelecidas pelo MEC.

3. Público-Alvo

O curso é destinado a bacharéis em Serviço Social que desejam se especializar na área de gestão de projetos sociais.

4. Critérios de Seleção

O ingresso na pós-graduação será realizado por meio de inscrição no portal da Instituição e entrega dos documentos solicitados. Em seguida, analisados pela área competente.

5. Justificativa do Curso

As questões sociais no Brasil são extremamente dinâmicas e complexas o que traz aos profissionais da área de Serviço Social uma grande necessidade de reflexão sobre a sua práxis, analisando os vieses teórico-metodológico, ético-político e técnico-operativo, a fim de trazer subsídios para uma atuação e intervenção mais assertiva no contexto de trabalho. Cursos sobre gestão de projetos sociais com famílias vem se desenvolvendo no campo de atuação em Serviço Social, por disponibilizar espaços para a reflexão sobre as intervenções que sejam capazes de garantir direitos e qualidade aos serviços prestados às famílias em situação de vulnerabilidade e risco social e/ou em situações que demandam algum tipo de assistência mais específica. A ação

desses profissionais na gestão de projetos sociais justifica-se devido à possibilidade de transformação social, de melhoria das condições de vida das pessoas e de maior garantia dos direitos humanos que uma gestão eficiente proporciona às comunidades atendidas por tais projetos.

O trabalho do Assistente Social na gestão de projetos sociais com famílias se encontra em crescimento no campo da pesquisa acadêmica e da atuação profissional e os cursos voltados para essa área são formas de se contribuir para a expansão e qualidade dos serviços prestados nesse âmbito. Diante das transformações ocorridas no mundo e no mercado de trabalho, a formação continuada tornou-se um movimento necessário e indispensável a todos os profissionais. As temáticas abordadas no presente curso, possibilitarão a ampliação da visão crítica e reflexiva em relação as intercorrências do cotidiano de trabalho, levando o pós-graduando a se instrumentalizar para o exercício profissional.

6. Objetivos do Curso

6.1. Objetivos Gerais

- Oferecer conhecimentos teóricos e metodológicos para a prestação de serviços na área da assistência social a famílias em situação de vulnerabilidade e risco social;
- Planejar projetos sociais e ações assertivas nas diversas áreas de atuação para o atendimento às famílias em situação de vulnerabilidade e risco social.
- Instrumentalizar os profissionais da área de Serviço Social para a ampliação de visão crítica e reflexiva em relação as intercorrências do cotidiano de trabalho, visando o aprimoramento das suas práticas e atuação na sociedade.

6.2. Objetivos Específicos

- Proporcionar conhecimento acerca dos processos de organização e gestão do trabalho social destinados ao atendimento de famílias;
- Executar, monitorar e avaliar diferentes tipos de projetos sociais;
- Apresentar as metodologias de trabalho integrado;
- Analisar a gestão de pessoas no âmbito da gestão de projetos sociais;
- Abordar conceitos e técnicas em relação a gestão de Políticas Públicas, bem como de desenvolvimento e gestão de Projetos Sociais voltados ao desenvolvimento de projetos com famílias.

7. Competências e Habilidades do Egresso

Competências

Ser capaz de atuar na área de gestão de projetos sociais com famílias, a fim de garantir a melhoria da qualidade das condições de vida de famílias em situação de vulnerabilidade e risco social, de maior alcance dos direitos humanos e da possibilidade de transformação social.

Habilidades

- Realizar a gestão de projetos sociais com famílias;
- Planejar, executar e avaliar projetos sociais com famílias;
- Inter-relacionar políticas públicas, mecanismos de participação social e gestão de projetos sociais;
- Inter-relacionar políticas públicas, mecanismos de participação social e gestão de projetos sociais;
- Aplicar conhecimentos específicos de áreas como a contabilidade para a execução e monitoramento de projetos sociais;
- Gerenciar equipes no âmbito da gestão de projetos sociais.

8. Metodologia de Ensino e Aprendizagem

O desenvolvimento das disciplinas do curso se dará no ambiente virtual, onde o aluno cumprirá 40 horas por disciplina.

Estas 40 horas são compostas pelo estudo dos diversos insumos pedagógicos disponibilizados, como:

- ✓ materiais de leitura;
- ✓ videoaulas;
- ✓ slides;
- ✓ podcasts;
- ✓ indicações de leituras extras como artigos e capítulos de livros.

Como parte do modelo acadêmico, também contabilizamos:

- ✓ a interação com os tutores para esclarecimentos de dúvidas pedagógicas (via Fórum);
- ✓ a realização da avaliação disciplinar pelo aluno.

Vale ressaltar que cada aluno é único e tem seu próprio tempo para aprendizagem. Alguns conseguem assimilar o conteúdo com mais agilidade, outros precisam retomar as leituras e videoaulas para tornar sua aprendizagem efetiva.

O tempo gasto pelo aluno para o entendimento de cada disciplina depende também da sua familiaridade com o tema, ou seja, o conhecimento prévio que o aluno tem em relação a temática abordada.

No ambiente virtual, o aluno encontrará o conteúdo das disciplinas, organizados em temas/webaulas.

Para cada um deles, o aluno realizará um conjunto de atividades baseadas em leitura de textos de fundamentação teórica e acesso a recursos audiovisuais.

Um tutor apoiará as atividades realizadas no ambiente virtual, atendendo o aluno nas suas dúvidas por meio de ferramentas de comunicação.

O aluno, ao iniciar os seus estudos, terá um encontro presencial para acolhida/ambientação; esse encontro terá como objetivos:

- ✓ Integrar o aluno ao curso de Pós-Graduação.
- ✓ Dialogar e esclarecer as dúvidas sobre a proposta pedagógica do curso e as regras acadêmicas.
- ✓ Apresentar ao aluno o Ambiente Virtual de Aprendizagem (o primeiro acesso; o envio de documentos; os serviços de secretaria e financeiro; a disciplina Ambientação; a tutoria online; o boletim acadêmico; as disciplinas e seus conteúdos; a biblioteca virtual; entre outros).
- ✓ Proporcionar um momento de Network aos pós-graduandos.

Avaliação do Desempenho do Aluno

O aluno deverá realizar as atividades propostas no ambiente virtual. A realização das atividades irá compor sua frequência no curso, que será considerada para a sua aprovação.

A atividade avaliativa que o aluno realizará para compor a sua média é a Avaliação Virtual (AV); essa atividade é obrigatória e estará disponível no Ambiente Virtual de Aprendizagem – AVA, conforme cronograma de seu curso.

Para a aprovação em cada uma das disciplinas, o aluno deverá obter frequência de, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) e nota igual ou superior a 7,0 (sete).

As notas devem ser expressas no intervalo de 0 (zero) a 10 (dez).

O aluno que obtiver média inferior a 7,0 (sete) nas disciplinas terá direito ao Programa de Dependência e Recuperação – PDR, mediante a solicitação de requerimento e respeitando o período de jubramento do curso.

O PDR será realizado no ambiente virtual de aprendizagem, sendo que o aluno terá acesso ao conteúdo da disciplina e realizará uma Avaliação Virtual - AV, e a nota obtida substituirá a média do aluno.

Para a obtenção do **Certificado** de Pós-graduação *Lato Sensu* – especialização, o aluno deverá cumprir todas as condições seguintes:

- ✓ Frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento) em todas as disciplinas;
- ✓ Nota igual ou superior a 7,0 (sete) em todas as disciplinas.

Certificação

O Certificado de conclusão de curso de Especialização será acompanhado por histórico escolar, em cumprimento às exigências da Resolução CNE/CES nº1, de 06 de abril de 2018, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação.

Composição do Corpo Docente

O corpo docente do curso é constituído por profissionais qualificados, com comprovado saber em sua área de atuação, conforme Resolução CNE/CES nº1, de 06 de abril de 2018, sendo integrado, no mínimo, por 30% (trinta por cento) de portadores de título de pós-graduação *stricto sensu*, isto é, portadores de títulos de Mestrado e Doutorado, obtidos em programas de pós-graduação *stricto sensu* devidamente reconhecidos pelo poder público em território nacional, ou revalidados, conforme legislação vigente. Os demais docentes são certificados em nível de especialização, pós-graduação *lato sensu*, de reconhecida capacidade técnico-profissional.

9. Estágio Não Obrigatório

O estágio curricular não obrigatório tem como finalidade estimular o aluno a desenvolver atividades extracurriculares, para que possa inter-relacionar os conhecimentos teóricos e práticos adquiridos durante o curso e aplicá-los na solução de problemas reais da profissão, proporcionando o desenvolvimento da análise crítica e reflexiva para os problemas socioeconômicos do país, de acordo com a Resolução de Estágio curricular não obrigatório vigente na Instituição.

O estágio curricular não obrigatório do curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* segue as diretrizes estabelecidas pela Lei Nº 11.788/2008.

Os principais objetivos da prática do estágio curricular não obrigatório são:

I. proporcionar o exercício do aprendizado comprometido com a realidade socioeconômica-política do país;

II. propiciar a realização de experiências de ensino e aprendizagem visando à educação profissional continuada, alicerçada no desenvolvimento de competências e habilidades e ao exercício do pensamento reflexivo e criativo; e

III. incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando ao desenvolvimento da ciência, da tecnologia e da cultura.

A carga horária é definida pela concedente de estágio, não podendo ultrapassar a carga horária máxima de 6 (seis) horas diárias e 30 (trinta) horas semanais, as quais podem ser realizadas em empresas públicas ou privadas, instituição de pesquisa, órgãos governamentais e não governamentais, e as próprias unidades da Universidade, desde que sigam às condições adequadas para que o estagiário possa aprofundar os seus conhecimentos teóricos e práticos adquiridos no curso.

Para o Curso de Pós-Graduação EAD, a prática do estágio curricular não obrigatório é permitida durante a vigência do curso, não podendo exceder em um mesmo campo de estágio o período de 2 (dois) anos.

Os estágios curriculares não obrigatórios devem estar apoiados em Termo de Compromisso e de comum acordo com a Instituição, devendo explicitar não somente os aspectos legais específicos, como também os aspectos educacionais e de compromisso com a realidade social.

O Planejamento do Estágio Curricular Não Obrigatório é de responsabilidade do coordenador de curso/professor orientador e também do Departamento de Estágios.

10. Matriz Curricular

DISCIPLINAS	CH PRÁTICA	CH TEÓRICA	CH TOTAL
Ambientação	0 h	0 h	0 h
Organização e gestão do trabalho social	0 h	40 h	40 h
Gestão de pessoas em projetos sociais	0 h	40 h	40 h

Desenvolvimento de projetos sociais: planejamento, captação de recursos e redes sociais	0 h	40 h	40 h
Gestão de políticas públicas e mecanismos de participação	0 h	40 h	40 h
Gestão de projetos sociais: execução, monitoramento e avaliação	0 h	40 h	40 h
Configurações de família na sociedade contemporânea	0 h	40 h	40 h
Políticas públicas de proteção às famílias	0 h	40 h	40 h
Violência estrutural e intrafamiliar	0 h	40 h	40 h
Assistência à saúde das famílias	0 h	40 h	40 h

11. Carga Horária

A carga horária de 360h constitui o conteúdo ministrado em 9 (nove) disciplinas.

12. Conteúdo programático

Disciplina: Ambientação

Ementa: Ensino a distância: características desta modalidade de estudo. A tecnologia e o ensino à distância. Legislação do Ensino a Distância no Brasil. Aspectos relacionados ao perfil no Ensino a Distância.

Competências e Habilidades:

- Compreender a modalidade de ensino a distância.
- Identificar uma relação entre tecnologia e educação no contexto do EAD;

- Discutir elementos da legislação do ensino a distância no Brasil;
- Refletir sobre o perfil do aluno em ensino a distância.

Conteúdo Programático 1: Introdução ao Ensino a Distância.

Conteúdo Programático 2: Tecnologia e educação.

Conteúdo Programático 3: Legislação do Ensino a Distância no Brasil.

Conteúdo Programático 4: Perfil do aluno no Ensino a Distância.

Bibliografia básica:

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - Lei n. 9.394/96**. Brasília, 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 6 dez. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução CNE/CP n. 7, de 18 de dezembro de 2018**. Brasília, 2018. Disponível em: https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/view/CNE_RES_CNECESN72018.pdf. Acesso em: 6 dez. 2022.

GIL, H. A passagem da Web 1.0 para a Web 2.0 e... Web 3.0: potenciais consequências para uma ‘humanização’ em contexto educativo. 2014. **Boletim informativo Cybercentro Castelo Branco**. Castelo Branco, 2014. Disponível em:

<https://repositorio.ipcb.pt/bitstream/10400.11/2404/1/A%20passagem%20da%20Web%20Henrique.pdf>. Acesso em: 6 dez. 2022.

MEYER, A. I. da S. (2022). Conceituando a Educação a Distância. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, v. 8, n. 1, p. 590-601, [s. l.], 2022. Disponível em: <https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/3835>. Acesso em: 6 dez. 2022.

VAZ, M. L. de L.; RIBEIRO, F.; COSTA, L. A. da. Os desafios da educação a distância on-line e a remotividade na nova engenharia educacional. **Brazilian Journal of Science**, v. 1, n. 4, p. 79-86. Goiás, 2022. Disponível em: <https://www.brazilianjournalofscience.com.br/revista/article/view/79>. Acesso em: 6 dez. 2022.

VIEIRA, D. M. L.; COSTA, L. A.; VAZ, M. L. L. Um novo olhar para a educação a distância. In: MACHADO, G. E.; COSTA, S. C.; SILVA, K. R. P. **Debates contemporâneos: perspectivas e reflexões atuais**. Santa Maria: Arco, 2021.

Bibliografia Complementar:

BAPTISTA, M. M. Internet: auxílio à educação. **BIBLOS - Revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação**, v. 16, p. 37- 44, [s. l.], 2004. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/23717>. Acesso em: 6 dez. 2022.

MOORE, M.; KEARSLEY, G. **Educação a distância**: uma visão integrada. São Paulo: Thomson Learning, 2007.

MORAN, J. M.; MASETTO, M. T.; BEHRENS, M. A. **Novas tecnologias e mediação pedagógica**. 21. ed. Campinas: Papirus, 2013.

PIVA, D. J.; PUPO, R.; GAMEZ, L. et al. **EAD na prática**: planejamento, métodos e ambientes de educação on-line. São Paulo: Elsevier, 2011.

Disciplina: Organização e gestão do trabalho social

Ementa: Análise da trajetória teórico-prática do Serviço Social; Organização e gestão do trabalho profissional no processo de produção e reprodução social em relação às expressões das questões sociais.

Objetivo da disciplina: Entender os principais conceitos sobre a Organização e a Gestão do Trabalho Social.

Conteúdo Programático 1: Análise da Trajetória Teórico-Prática do Serviço Social.

Tema base: Fundamentos norteadores na compreensão da trajetória e da construção sincrética da profissão.

Conteúdo Programático 2: O Serviço Social – do Desenvolvimentismo ao Movimento de Reconceituação.

Tema base: Elementos constitutivos para a reconceituação da profissão.

Conteúdo Programático 3: Organização do Trabalho do Assistente Social: O Espaço da Ação Cotidiana.

Tema base: Prática profissional, cotidiano e complexidade. As possibilidades e desafios que se fazem presentes no espaço sócio-ocupacional, no sentido de delimitar e (re)criar novas ações.

Conteúdo Programático 4: A Prática Social (Práxis) e o Projeto Ético-Político.

Tema base: Práxis social em três níveis: repetitiva, mimética e inventiva. O Projeto Ético-Político e suas dimensões

Conteúdo Programático 5: A Gestão do Trabalho Social.

Tema base: A gestão social deve ser pensada em contraposição ao paradigma burocrático e autocrático, tendo em vista a incorporação de metodologias participativas.

Conteúdo Programático 6: A Gestão do Trabalho do Assistente Social.

Tema base: Dimensão organizacional na perspectiva dos desafios entre os interesses das instituições, tendo a leitura macro do fenômeno de reprodução das desigualdades sociais, que o profissional vai exercer e organizar o seu trabalho profissional.

Conteúdo Programático 7: A Produção e Reprodução das Relações Sociais.

Tema base: Rompimento dos paradigmas tradicionais no sentido de fortalecer a luta pela garantia e ampliação dos direitos sociais e a democratização das políticas sociais.

Conteúdo Programático 8: A reestruturação produtiva: uma nova morfologia do trabalho.

Tema base: Formas diversas de trabalho parcial, precário, terceirizado, subcontratado, vinculado à economia informal, ao setor de serviços.

Heterogeneização, complexificação e fragmentação do trabalho.

Bibliografia Básica:

IAMAMOTO, M. V. O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional. São Paulo, Cortez, 4 ed., 2001

MARTINELLI, Maria Lúcia. Serviço Social: identidade e alienação. 5 ed. São Paulo. Ed. Cortez, 1997.

NETTO, José Paulo. Capitalismo monopolista e Serviço Social. São Paulo: Cortez Editora, 2005.

Bibliografia Complementar:

FREIRE, Lúcia M. B. O Serviço Social na Reestruturação Produtiva: Espaços, programa e trabalho profissional. São Paulo: Cortez, 2003.

NETTO, José Paulo. Ditadura e Serviço Social – uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64. São Paulo: Cortez, 1991.

SILVA, M. Ozanira da Silva e. (Coord). O Serviço Social e o popular: resgate teórico-metodológico do projeto profissional de ruptura. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

Disciplina: Gestão de pessoas em projetos sociais

Ementa: Refletir sobre a inserção dos projetos sociais no âmbito da política de Assistência Social; pensar uma gestão potencializadora de elementos organizacionais com enfoque especial ao que se refere à gestão de pessoas, abordando o trabalho em equipe e a interdisciplinaridade, a resolução de conflitos, a motivação e a cooperação.

Competências e Habilidades:

- Compreender a importância da equipe interdisciplinar em projetos sociais.
- Desenvolver habilidades para trabalhar em conjunto com profissionais de diferentes especialidades.
- Compreender os conceitos e dinâmicas de relacionamento organizacional.
- Reconhecer a importância da resolução de conflitos no contexto de projetos sociais.
- Identificar estratégias para lidar com conflitos interpessoais de forma construtiva.
- Desenvolver habilidades de mediação e negociação para lidar com situações de conflito.
- Compreender os fundamentos da motivação humana no contexto de projetos sociais.
- Identificar fatores motivacionais que impulsionam a equipe em direção aos objetivos do projeto.
- Desenvolver habilidades de comunicação eficazes para estabelecer relações interpessoais positivas.
- Utilizar técnicas de comunicação para interagir com clientes, fornecedores e a sociedade.
- Diferenciar grupo de equipe e compreender os fatores que tornam uma equipe eficaz.

- Identificar estágios de desenvolvimento de uma equipe e suas características distintas.
- Desenvolver habilidades de liderança e colaboração para promover o trabalho em equipe.

Conteúdo Programático 1: Relacionamento Organizacional: Conflito Interpessoal e Organizacional.

Conteúdo Programático 2: Relacionamento Organizacional: Motivação, Comunicação e Trabalho em Equipe.

Conteúdo Programático 3: Gestão Estratégica de Pessoas.

Conteúdo Programático 4: Trabalho Cooperativo.

Bibliografia básica:

CHIAVENATO, Idalberto. **Gestão de Pessoas:** O novo papel dos recursos humanos nas organizações. 3. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.

GIL, Antônio Carlos. **Gestão de Pessoas:** Enfoque nos Papéis Profissionais. São Paulo: Atlas, 2007.

ROBBINS, Stephen P. **Comportamento Organizacional.** 17. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2018.

Bibliografia complementar:

DUTRA, Joel Souza. **Gestão de Pessoas:** Modelos, processos, tendências e perspectivas. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

LACOMBE, Francisco José Masset. **Recursos Humanos:** Princípios e Tendências. 1. ed. São Paulo: Saraiva, 2005.

MALAKOWSKY, Halana Franciela; KASSICK, Cristine. O conflito no ambiente de trabalho: um estudo sobre causas e consequências nas relações interpessoais. **Revista Gestão e Desenvolvimento**, Porto Alegre, v. 11, n. 1, p. 113-128, 2014. Disponível em: <file:///C:/Users/dell/Downloads/74-Texto%20do%20artigo-171-1-10-20150505.pdf>. Acesso em: 01 jul. 2023.

Disciplina: Desenvolvimento de projetos sociais: planejamento, captação de recursos e redes sociais

Ementa:

Elaboração de Projetos Sociais, compreendendo suas etapas diagnóstico, planejamento, implantação, coordenação, acompanhamento e avaliação. Introdução às políticas públicas e sociais, conhecer a origem das políticas sociais e sua formulação no Brasil. Articulação com a rede, identificando os atores que possam contribuir no desenvolvimento das intervenções e ações propostas. Estudo dos processos de captação de recursos, assim como a importância da prestação de contas nas instituições.

Competências e Habilidades

- Identificar demandas para a elaboração de um Projeto
- Estabelecer metas de forma objetiva e compreensiva
- Conhecer e elaborar métodos de avaliação e monitoração dos processos
- Compreender as formas de captação de recursos para o projeto

Conteúdo Programático

Conteúdo Programático 1: Introdução às Políticas Públicas e Sociais

Conhecer o processo histórico das políticas sociais e sua formulação no Brasil, assim como seus fundamentos e objetivos. A relação entre Estado e Sociedade. Análise da questão social e suas representações. Análise do contexto conjuntural para a elaboração de projetos condizentes com a necessidade do território e demanda do público assistido.

Conteúdo Programático 2: Elaboração do Projeto

Apresentação da estrutura do projeto. Identificação do objeto de intervenção e objetivos. Detalhamento das atividades, priorização, delegação de tarefas, prazos e orçamento.

Conteúdo Programático 3: A importância da Articulação de Rede

Mapeamento dos serviços do território, instituições públicas, privadas ou comunitárias. Construção de Rede Socioassistencial e estabelecimento de parcerias, visando legitimar as ações realizadas no território, assim como ampliar o campo de intervenções sociais.

Conteúdo Programático 4: Captação de Recursos, financiamento e prestação de Contas

Compreender as formas de financiamento e recursos. Prospecção de patrocinadores e participação da sociedade civil. Formulação da prestação de contas e indicadores para avaliação do projeto.

Bibliografia básica

CARVALHO, M. M. de; RABECHINI JÚNIOR, R. Fundamentos em gestão de projetos: construindo competências para gerenciar projetos. 5ª Ed., São Paulo, Atlas, 2019.

VALLON, M.H.R; ROSSO, J.E. Introdução à Gestão de Projetos Sociais: Ferramentas de Trabalho e Processo de Elaboração, Implantação e Avaliação, ed. UFMG, 2017.

BEHRING, E.R.; BOSCHETTI, I. Política social: fundamentos e história. 9ª ed., São Paulo: Cortez, 2016.

SANTOS, A. Captação de recursos para Projetos Sociais, São Paulo: Intersaberes, 2013

Bibliografia complementar

CEREZUELA, D.R. Planejamento e Avaliação de Projetos Culturais da Ideia à ação. Edições SESC, São Paulo, 2015

BEHRING, E.R.; BOSCHETTI, I. Assistência Social e trabalho no Capitalismo, São Paulo: Cortez, 2018.

GOHN, M.G. Educação não formal e educador social [livro eletrônico]: atuação no desenvolvimento de projetos sociais, São Paulo: Cortez, 2013

Disciplina: Gestão de políticas públicas e mecanismos de participação

Ementa: Cidadania, participação cidadã e espaços de representação e construção coletiva do público; Políticas públicas e os atores governamentais, não-governamentais ou empresariais; Desafios de implementação: pessoas, finanças e administração de políticas públicas.

Objetivo da disciplina: Compreender como se constroem os espaços coletivos e em que medida a sociedade pode participar da elaboração das políticas públicas.

Conteúdo Programático 1: Realidade Brasileira e Papel do Estado.

Tema base: Mesmo com a consolidação de um Estado Democrático de Direito, a disputa da democracia com o mercado é uma dicotomia presente nos debates sobre os rumos da gestão pública brasileira.

Conteúdo Programático 2: Os Modelos de Gestão. Políticas Públicas e Atores Sociais.

Tema base: O Estado como um terreno de disputa de interesses diversos e de contradições permanentes. O avanço do neoliberalismo modifica as relações de poder e altera o formato do Estado no Brasil. As novas pautas, a “confluência perversa” e a conjuntura política mundial contribuem para o surgimento de novos atores sociais.

Conteúdo Programático 3: Orçamento na Gestão Pública.

Tema base: Acompanhar a elaboração e aplicação dos recursos públicos é central para que tenhamos uma gestão pública pautada na transparência. O orçamento público, além da dimensão fiscalizadora, significa evitar desperdícios e intervir para que as prioridades estejam baseadas em critérios de justiça social.

Conteúdo Programático 4: A Importância do Controle Social e a Crise de Representatividade.

Tema base: O controle e a participação são um importante contraponto a lógica de gestão pública arcaica e centralizadora existente na maioria dos municípios brasileiros, para que se amplie a eficácia e a qualidade das políticas públicas, que podem ficar mais próximas das necessidades e demandas da população. Alguns setores organizados, que costumam ter seus interesses atendidos pelo Poder Público, desestimulam a participação política e o exercício da cidadania da maioria da população.

Conteúdo Programático 5: A Organização dos Espaços Coletivos.

Tema base: A esfera privada deve se subordinar aos interesses públicos e aos respectivos mecanismos de decisão. Alguns espaços públicos decisórios são constituídos pelo Estado e outros são de iniciativa da sociedade civil organizada. Democracia em três tipos: representativa, participativa e direta. Os movimentos sociais têm o potencial de converter demandas individuais em causas coletivas.

Conteúdo Programático 6: Indicadores Sociais e Direito à Informação e Governo Aberto e Democracia Digital.

Tema base: A legislação federal determina a criação de espaços coletivos importantes, notadamente de conselhos de gestão de políticas públicas.

Indicadores são ferramentas essenciais para o controle social. O acesso à internet cresceu bastante no Brasil. No entanto, ainda existem muitos fatores que criam constrangimentos para a participação virtual dos cidadãos.

Conteúdo Programático 7: Sustentabilidade e o Direito à Cidade.

Tema base: Novos atores sociais atuam e interferem na governança local na defesa da agenda da sustentabilidade. O conceito de desenvolvimento sustentável está diretamente ligado à necessidade de participação popular nas decisões estratégicas.

Conteúdo Programático 8: Governança local.

Tema base: Os mecanismos de planejamento participativo podem empoderar a população de instrumentos para mudança da realidade. Os conselhos municipais são ferramentas relevantes da democracia brasileira, mas são subutilizados pelo poder público e pela população.

Bibliografia:

AVRITZER, L.; NAVARRO, Zander (Orgs.). A inovação democrática no Brasil. São Paulo: Cortez, 2003. p. 129-156.

GARCIA, R.C. Subsídios para organizar avaliações da ação governamental. Planejamento e Políticas Públicas, Brasília, 23, 7:70, 2001.

RIBEIRO, Ana Clara Torres; GRAZIA, Grazia de. Experiências de orçamento participativo no Brasil (período de 1997 a 2000). Petrópolis: Vozes, Fórum Nacional de Participação Popular, 2003.

Demais referências:

DAGNINO, E. Sociedade civil, espaços públicos e a construção democrática no Brasil: limites e possibilidades. In: Sociedade civil e espaços públicos no Brasil. São Paulo: Paz e Terra, 2002. p. 279-301.

FAORO, Raymundo. Os Donos do Poder. São Paulo: Editora Globo, 2001.

LAVALLE, Adrián Gurza; HOUTZAGER, Peter P.; CASTELLO, Graziela. Representação política e organizações civis, novas instâncias de mediação e os desafios da legitimidade. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 21, n. 60, p. 43-66, fev. 2006.

Disciplina: Gestão de projetos sociais: execução, monitoramento e avaliação

Ementa: A importância do planejamento para a gestão de projetos sociais, reconhecendo suas etapas de implantação: execução, monitoramento e avaliação.

Objetivo da disciplina: Reconhecer a fundamental importância da conjuntura das políticas sociais para o desempenho de profissionais que atuam nas áreas sociais, que cada dia mais estão ocupando funções que exigem conhecimento sobre a gestão social em instituições públicas e privadas. Aprimorar a formação desses profissionais, como eixo estratégico para que possam agregar habilidades e competências, sob referenciais ético político, além de razoável acúmulo dos trâmites orçamentários e administrativos.

Competências e Habilidades:

- Compreender a relevância das políticas sociais para o desenvolvimento dos planos, programas e projetos sociais.
- Conhecer a prática profissional na área social vinculado com o planejamento social e gestão social;
- Reconhecer as etapas de implantação de um projeto social: elaboração, execução, monitoramento e avaliação.

Conteúdo Programático 1: Relevância conjuntural das políticas sociais para a gestão social de projetos sociais. O ponto de partida para a gestão de projetos sociais implica no reconhecimento dos principais aspectos constitutivos que caracterizam o contexto no qual o projeto pretende intervir, bem como a identificação das necessidades apresentadas pelos cidadãos e do território onde serão realizadas as intervenções.

Conteúdo Programático 2: Planejamento Social na Gestão de Projetos Sociais. Reconhecer que o planejamento é um processo permanente e metódico sobre abordagem de questões que se colocam no mundo. Pressupõe caminhos a serem percorridos, tais como: as providências necessárias, o acompanhamento da execução das atividades, o controle, a avaliação e redefinição da ação

Conteúdo Programático 3: Elaboração de Projetos Sociais e suas etapas. Conhecimento das etapas na elaboração de projetos sociais. A necessidade de responder as seguintes questões norteadoras “o que queremos? Qual o público-alvo? Como será o andamento do projeto? Qual o orçamento?” O entendimento desses quatro elementos deverá ser apropriado pelo profissional que optar pela gestão social de projetos sociais, afinal, a implementação de um projeto social deve ser estratégica, buscando responder com segurança, de maneira clara e objetiva, os detalhes mais importantes, o “como” o projeto será executado. Os órgãos e demais parceiros envolvidos no projeto deverão ter o devido acúmulo de conhecimento de todo o projeto e deverão acompanhar essa etapa de implementação, pois ela é estratégica e fundamental para a execução bem-sucedida.

Conteúdo Programático 4: Monitoramento e Avaliação de Projetos Sociais. Monitoramento é o acompanhamento contínuo e cotidiano realizado pelos gerentes sociais, coordenadores e/ou técnicos responsáveis pela execução dos projetos sociais em relação a seus objetivos e metas. Trata-se de função inerente à gestão dos projetos sociais, provendo informações e aprimorando a operacionalização. Já a Avaliação é definida como um procedimento que possibilita a verificação objetiva e sistemática do desenho, da execução e dos resultados do projeto, objetivando avaliar a pertinência e o alcance das ações e/ou atividades implementadas em relação aos objetivos propostos. Verificação da eficácia, da efetividade, do impacto e da sustentabilidade das mudanças desejadas e alcançadas pelo projeto como propósitos de processos avaliativos utilizados em projetos sociais. A clareza sobre os objetivos e a lógica do projeto são fundamentais na definição dos indicadores, bem como os dados que são produzidos com periodicidade, possibilitando a comparação entre eles.

Bibliografia básica:

BAPTISTA, Myriam Veras. Planejamento social: intencionalidade e instrumentação. 2ª ed. Veras Editora, São Paulo, 2003.

LAURELL, Asa Cristina (org). Estado e Políticas sociais no Neoliberalismo. 2ª ed. Cortez Editora, São Paulo, 1997.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e (org). Avaliação de Políticas e Programas Sociais – teoria e prática. Veras Editora, São Paulo, 2001.

Bibliografia complementar:

ARMANI, Domingos. Como elaborar projetos? Guia Prático para Elaboração e Gestão de Projetos Sociais. Tomo Editorial, Porto Alegre, 2009.

FLEURY, Sonia. Rede de Políticas: novos desafios para a gestão pública. Administração em Diálogos, v. 07, p. 77-89, São Paulo, 2005. Disponível em: revistas.pucsp.br/index.php/rad/article/download/671/468

MAGALHÃES, Selma Marques. Avaliação e Linguagem – relatórios, laudos e pareceres. Veras Editora, São Paulo, 2003.

Disciplina: Configurações de família na sociedade contemporânea

Ementa: Concepção histórica de famílias. Modelo idealizado de família. Família na contemporaneidade. Função protetiva. Trabalho socioeducativo. Centralidade nas políticas públicas sociais. Relação familiar. Protagonismo e empoderamento familiar.

Competências e Habilidades:

- Conhecer a concepção histórica e contemporânea da família;
- Compreender a função protetiva da família;
- Estabelecer o trabalho socioeducativo com famílias;
- Compreender a centralidade das famílias nas políticas públicas.

Conteúdo Programático 1: concepção histórica de famílias.

Conteúdo Programático 2: constituição de modelo idealizado de família.

Conteúdo Programático 3: Pluralidade das configurações de família na contemporaneidade.

Conteúdo Programático 4: função protetiva da família, autonomia, protagonismo social e empoderamento familiar.

Conteúdo Programático 5: centralidade da família nas políticas públicas sociais.

Conteúdo Programático 6: Perspectivas do trabalho socioeducativo com famílias.

Conteúdo Programático 7: fortalecimento coletivo social das relações familiares.

Referências Bibliográficas:

DOMINGUES, Tatiana de Fátima. Existe contribuição do assistente social na construção da autonomia de seu usuário? Um recorte do Programa Fortalecendo a Família, Módulo Capela do Socorro – UNISA. São Paulo, 2004. Trabalho de Conclusão de Curso, UNISA

ENGELS, F. A origem da família, da propriedade privada e do Estado. Tradução Leandro Konder. 6.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980. 215p.

GUEIROS, Dalva Azevedo. In: Rev. Katál. Florianópolis v. 13 n. 1 p. 126-132 jan./jun. 2010. Família e trabalho social: intervenções no âmbito do Serviço Social <http://www.scielo.br/pdf/rk/v13n1/15.pdf> acesso em 16 dez. 2018.

_____. Família e Proteção Social: questões atuais e limites da solidariedade. Serviço Social e Sociedade nº 71 Ano XXIII. Cortez, 2002.

MIOTO, Regina Célia Tamasso. In: Revista Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 124, p. 699-720, out./dez. 2015. Política social e trabalho familiar: questões emergentes no debate contemporâneo. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/sssoc/n124/0101-6628-sssoc-124-0699.pdf>. Acesso em: 16 dez. 2018.

ROSA, Elizabete Terezinha Silva. A centralidade da família na política de assistência social. In: I CONGRESSO INTERNACIONAL DE PEDAGOGIA SOCIAL, 1., 2006, Proceedings online. Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, Available from: <http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=MSC000000092006000100011&lng=en&nrm=abn>. Access on: 18 Dec. 2018.

YAZBEK, Maria Carmelita. A Política Social Brasileira nos anos 90: A Refilantropização da Questão Social. Subsídios à Conferência Nacional de Assistência Social – 3. São Paulo: ABONG, CNAS. 1995

Disciplina: Políticas públicas de proteção às famílias

Ementa: As políticas públicas de direito. O Estado e as manifestações da questão social. políticas públicas e de defesa de direitos em vigência no país. A Constituição Federal de 1988. Políticas para diferentes segmentos populacionais. Os direitos da família. O estatuto da Criança e do adolescente. A intersectorialidade nas políticas públicas. Direitos humanos. Convivência familiar e comunitária.

Competências e Habilidades:

- Conhecer as políticas públicas em torno da família;
- Caracterizar os direitos da família;
- Conhecer as políticas públicas em seus mais diversos segmentos populacionais;
- Realizar um debate sobre a promoção e defesa dos direitos da família.

Conteúdo Programático 1: Um debate sobre as políticas de promoção e defesa de direitos da família.

Conteúdo Programático 2: A família na legislação contemporânea;

Conteúdo Programático 3: A intersectorialidade nas políticas públicas de atendimento à família.

Conteúdo Programático 4: Direito à convivência familiar e comunitária.

Bibliografia básica

BEHRING, E. R. Brasil em contra-reforma: desestruturação do Estado e perda de direitos. São Paulo: Cortez, 2003.

MIOTO, R. C. T. Processos de responsabilização das famílias no contexto dos serviços públicos: notas introdutórias. In: SARMENTO, Hélder Boska de Moraes (Org.). Serviço Social: questões contemporâneas. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2012. v. 1, p. 125-138.

_____; SCHUTZ, F.; CAETANO, P. Família e política social: relações entre famílias e serviços de saúde. Relatório de Pesquisa. Brasília, 2014.

Bibliografia complementar:

BARROCO, M. L. S.; TERRA, S. H. Código de ética do/a assistente social comentado São Paulo: Cortez, 2012.

BRASIL. Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Brasília, dez. 2006.

NETTO, J. P. A construção do Projeto Ético-Político do Serviço Social. In: MOTA, Ana E. Simões da et al. Serviço Social e Saúde: formação e trabalho profissional. São Paulo: Cortez, 1999.

Disciplina: Violência estrutural e intrafamiliar

Ementa: A disciplina propõe conceituar os tipos de violência, os fatores de risco e proteção, as influências ambientais como possíveis determinantes da violência, contexto da violência estrutural e intrafamiliar e a reprodução da violência como meio de comunicação.

Competências e Habilidades:

- Conceituar os tipos de violência;
- Classificar os fatores de risco e proteção;
- Compreender a influência ambiental no ambiente familiar,
- Ressignificar o papel profissional no contexto da violência familiar.

Conteúdo Programático 1: Conceito e tipos de violência.

Conteúdo Programático 2: Fatores de risco e de proteção.

Conteúdo Programático 3: Influências ambientais nos determinantes da violência.

Conteúdo Programático 4: Contexto da violência estrutural e intrafamiliar

Conteúdo Programático 5: Reprodução de violência como meio de comunicação.

Conteúdo Programático 6: Naturalização da violência doméstica.

Conteúdo Programático 7: Ressignificação do papel profissional na ruptura de ciclos de violência.

Referências Bibliográficas:

MINAYO, MCS. Expressões culturais de violência e relação com a saúde. In: Violência e saúde [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2006. Temas em Saúde collection, pp. 83-107. ISBN 978-85-7541-380-7. Available from SciELO Books . Disponível em <http://books.scielo.org/id/y9sxc/pdf/minayo-9788575413807-10.pdf>. Acesso em 16 de mai. 2018.

MORGADO, Rosana. Impacto da violência na saúde dos brasileiros. Ciênc. saúde coletiva , Rio de Janeiro, v. 11, n. 2, p. 537-540, junho de 2006. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232006000200030&lng=en&nrm=iso. acesso em 18 de dezembro de 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-81232006000200030>.

TAVARES, Dinalva Menezes Castro; PELICIONI, Maria Cecília Focesi. Violência doméstica: uma questão de saúde pública. 2000.Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/6/6135/tde-29082014-161000/>. Acesso em 18/12/2018.

Disciplina: Assistência à saúde das famílias

Ementa: Acesso a política de assistência à saúde. Estado de bem-estar social, físico e social. Modelo de assistência à saúde no Brasil. Diversos papéis da mulher na sociedade contemporânea. Planejamento familiar. Campanhas de promoção de saúde. Humanização na saúde. Ações afirmativas.

Competências e Habilidades:

- Refletir sobre o contexto de acesso a saúde a mulher e a criança conforme a CF/88.
- Compreender a atenção a saúde da mulher conforme as orientações do Ministério da Saúde.
- Desenvolver a conhecimento crítico no sentido de compreender o papel social da mulher na sociedade contemporânea.
- Desenvolver propostas referentes à humanização em relação ao atendimento a mulher e a criança na saúde.

Conteúdo Programático 1: Garantia de acesso a Assistência à Saúde, como direito fundamental efetivado na constituição Federal de 1988.

Conteúdo Programático 2: Concepção do estado de bem estar social, físico, mental e social

Conteúdo Programático 3: Modelo de assistência à saúde no Brasil (SUS)

Conteúdo Programático 4: Maternidade e os diversos aspectos relacionados aos vários papéis desenvolvidos pela mulher na sociedade contemporânea.

Conteúdo Programático 5: Planejamento familiar na interface do controle de natalidade

Conteúdo Programático 6: Diagnósticos de demandas populacionais para a implantação de formulação de campanhas de promoção de saúde.

Conteúdo Programático 7: Estratégias para a humanização no atendimento no âmbito da saúde.

Conteúdo Programático 8: Ações Afirmativas de promoção de Saúde.

Referências Bibliográficas:

BRASIL. Legislação do SUS. 2003.604p. disponível em http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/progestores/leg_sus.pdf acesso 210 dez.2018.

BRASILIA. Ministério da Saúde. Protocolo de atenções Básicas: saúde das Mulheres.2016. 231p. Disponível em http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/protocolos_atencao_basica_saude_mulheres.pdf .

BRASILIA. Ministério da Saúde. Assistência em Planejamento Familiar: Manual Técnico. 60p.. Disponível em <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/0102assistencia1.pdf> acesso 20 dez.2018.

BRASIL. Ministério da Saúde. Saúde da Criança. 29p. Disponível em http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/saude_crianca_materiais_informativos.pdf.

Coelho, Edméia de Almeida Cardoso, et al. Integralidade do cuidado à saúde da mulher: limites da prática profissional. Esc Anna Nery Rev Enferm 2009 jan-mar; 13 (1): 154-160. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/ean/v13n1/v13n1a21>. acesso em 20 dez.2018.

Santos, Joselito. ASSISTÊNCIA À SAÚDE DA MULHER NO BRASIL: aspectos de uma luta social. Disponível em http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinppIII/html/Trabalhos2/Joselito_Santos236.pdf acesso 20 dez.2018. |

13. Infraestrutura Física e Pedagógica

O aluno encontrará todo o conteúdo do curso e assistirá às aulas gravadas no ambiente virtual. Para assistir às aulas é fundamental que as especificações abaixo sejam obedecidas, possibilitando, assim, uma recepção de maior qualidade dos vídeos.

Hardware:

- Processador Intel Core 2 Duo ou superior.
- 2Gb de Memória RAM.
- Placa de vídeo com resolução 1024x768, qualidade de cor 32 bits e compatível com Microsoft DirectShow.
- Microsoft DirectX 9.0c ou posterior.

Software:

- Navegador: Firefox, Google Chrome, Internet Explorer (sempre atualizado).
- Sistema Operacional: Windows XP ou posterior.
- Adobe Flash Player (atualizado).
- *Plugin* de vídeos SilverLigth (atualizado)

Rede:

- Conexão com a Internet banda larga de no mínimo 2 MB.

- Em caso de acesso em ambientes corporativos além da velocidade, é necessário verificar as condições de segurança de rede de sua empresa e se certificar que o site não estará bloqueado.

Adicionalmente, é prevista a utilização da biblioteca virtual para consultas bibliográficas e pesquisa de assuntos referentes às disciplinas ministradas.

